



Neoliberalismo, fim violento?

► **O modelo agoniza, mas há risco de ele sobreviver por meio da repressão e do autoritarismo**

A pergunta desta crônica é especulativa, mas não arbitrária. Assenta em indícios fortes que emergem em várias partes do mundo com diferentes configurações. O que é o neoliberalismo? É a versão global do capitalismo, que começou a ser ensaiada no Chile depois do golpe contra Salvador Allende, em 1973, transformando-se em seguida na versão hegemônica com o Consenso de Washington, até se implantar globalmente depois da queda do Muro de Berlim, que pôs fim ao bloco socialista soviético em 1989. Consiste na liberalização e desregulação da economia, na primazia do mercado como o mais racional regulador da vida econômica e social, na privatização das empresas públicas, na livre exploração e comercialização dos recursos naturais, no fim da tributação progressiva, na hostilização do Estado, no ataque aos direitos trabalhistas, econômicos e sociais, e na dívida externa como meio principal de financiamento das atividades do Estado. Ao contrário do que dizem seus defensores, o neoliberalismo não promove o crescimento da economia e muito menos do emprego. Mas é um meio muito eficaz de transferir riqueza dos pobres para os ricos, das classes populares e médias para as classes mais altas. Daí a atual concentração de riqueza sem precedentes.

Esse modelo teve um abalo significativo com a crise financeira de 2008, mas se recuperou rapidamente. A pandemia

veio mostrar a sua completa falência. Perante tão grave emergência sanitária, os cidadãos procuraram o Estado, e não os mercados, para proteger suas vidas. Infelizmente, em muitos países o Estado tinha sido ativamente incapacitado nas décadas anteriores de oferecer uma proteção eficaz. E agora, à medida que se passa a fase aguda da pandemia, há sinais preocupantes de que, mesmo abalado, o neoliberalismo dê mostras de querer se manter. Mas, desta vez, para que tal seja possível, os níveis de repressão a que o Estado terá de recorrer para conter o descontentamento popular dificilmente se poderão compaginar com o regime democrático, por mais fragilizado que este esteja.

A história das anteriores pandemias mostra que, quando os Estados não fortalecem a proteção social no período pós-pandêmico, a turbulência social explode e o Estado tende a responder com excessiva violência repressiva. A probabilidade de que tal ocorra é tanto maior quanto mais autoritário for o Estado, tanto mais que estes tenderam a usar a pandemia para agravar a situação do povo trabalhador, desenvolvendo novos meios de vigilância sobre os cidadãos e atacando os direitos econômicos, sociais e trabalhistas. Foi o que aconteceu na Índia, Hungria, Colômbia e Brasil. A militarização das forças policiais implicará o uso de força letal convencionalmente reservada para inimigos externos. A excessiva intervenção repressiva pode ser justificada de várias formas, mas o objetivo é sempre o mesmo: intimidar o povo trabalhador e impedir que ele se organize e se manifeste para pôr fim às políticas repressivas e austeritárias.

O que está a suceder na Colômbia é um balão de ensaio do que pode vir a acontecer no resto do subcontinente. Protestos sociais pacíficos contra a reforma tributária

estão a ser confrontados com uma violência brutal por parte das forças repressivas, em que as polícias atuam articuladamente com forças ilegais privadas. Na cidade de Cali, a mais negra da Colômbia, as polícias especiais, secundadas por atiradores não uniformizados que disparam sobre os manifestantes a partir de carros particulares em movimento, mataram nas duas últimas semanas mais de 47 manifestantes. Talvez não por coincidência, com justificativas diferentes, mas convergentes, uma intervenção brutalmente violenta da Polícia Civil do Rio de Janeiro provocou a chacina mais letal da cidade na Favela do Jacarezinho. Apesar de proibida por decisão do STF, a violência utilizada foi tão excessiva quanto a da Colômbia.

As duas formas de confronto violento são diferentes. No caso da Colômbia, tem natureza política, exige a retirada da reforma tributária e a renúncia do presidente. No Brasil, ao contrário, a perda de vidas é aparentemente despolitizada (“são bandidos”) e traz poucos custos políticos para o governo federal, que, em última instância, é responsável ou mesmo instigador dessa violência. Os dois casos exemplificam as políticas de repressão violenta por parte de dois governos que, apesar de eleitos democraticamente, têm assumido traços profascistas. Ambos os países têm eleições presidenciais em 2022 e em ambos há candidatos fortes que mostram pouca simpatia pelo neoliberalismo. Sentir-se-ão os atuais governantes na necessidade de impedir a todo custo que isso ocorra? Pode uma guerra civil ou a perda da democracia ser para eles um custo menor? Estará o neoliberalismo a concluir que nesta nova fase não pode conviver com democracia e que, como sempre, é a democracia quem tem de ceder? •

redacao@cartacapital.com.br